



***EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE A PARTIR DA BIOLOGIA:
VAMOS FALAR DE KINSEY?***

***EDUCACIÓN PARA LA SEXUALIDAD DESDE LA BIOLOGÍA:
HABLEMOS DE KINSEY***

***EDUCATION FOR SEXUALITY FROM A BIOLOGICAL PERSPECTIVE:
LET'S TALK ABOUT KINSEY?***

Edson Leandro de Almeida¹

Maria Eulina Pessoa de Carvalho²

RESUMO

A educação para a sexualidade tem sido in(ex)cluída do currículo da escola brasileira, limitando-se ou ao ensino de Biologia, ou a projetos específicos, permanecendo o desafio da abordagem transversal indicada nas últimas décadas. Historicamente, tem predominado o viés higienista e biologicista, com ênfase na prevenção da gravidez na adolescência e ISTs, fugindo das questões ligadas ao desejo, afeto, prazer, gênero e identidades fora do padrão heteronormativo. Ultimamente, o ataque aos estudos e políticas de gênero tem mirado as questões de sexualidade e diversidade sexual. Nesse contexto de disputa cultural em torno das concepções de sexualidade e gênero, este texto aborda a possibilidade de focar a educação para a sexualidade a partir da Biologia, enfatizando a diversidade sexual, com base no legado de Alfred Kinsey. O filme Kinsey, que teve pouca repercussão no Brasil, é destacado como possibilidade pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE: Kinsey. Sexualidade. Educação. Diversidade Sexual.

¹ Doutorando em Educação (UFPB). Mestre em Educação, Culturas e Identidades UFRPE/FUNDAJ. Possui especialização em Ensino de História e Novas Tecnologias - Autarquia Educacional de Belo Jardim.

² Doutora em Currículo, Ensino e Política Educacional (Michigan State University, USA), pós-doutorado na Universidade de Valencia, Espanha. Professora titular do Departamento de Habilitação Pedagógica, do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, João Pessoa. Bolsista de produtividade do CNPq. Membro do NIPAM - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero.

RESUMEN

La educación para la sexualidad ha sido (ex)incluida en el currículo de la escuela brasileña, limitada a la enseñanza de la Biología, o a proyectos específicos, quedando el desafío del enfoque transversal señalado en las últimas décadas. Históricamente ha predominado el sesgo higienista y biologicista, con énfasis en la prevención de embarazos adolescentes e ITS, evadiendo temas relacionados con el deseo, el afecto, el placer, el género y las identidades fuera del estándar heronormativo. Últimamente, el ataque a los estudios y políticas de género se ha centrado en temas de sexualidad y diversidad sexual. En este contexto de disputa cultural sobre las concepciones de sexualidad y género, este texto aborda la posibilidad de enfocar la educación de la sexualidad con base en la Biología, enfatizando la diversidad sexual, a partir del legado de Alfred Kinsey. La película Kinsey, que tuvo poca repercusión en Brasil, se destaca como una posibilidad pedagógica.

PALABRAS CLAVE: Kinsey. Sexualidad. Educación. Diversidad sexual.

ABSTRACT

Sexuality education has been (ex)included in the curriculum of the Brazilian school, limited either to the teaching of Biology, or to specific projects, remaining the challenge of the curricular mainstreaming approach indicated in the last decades. Historically, the hygienist and biologicist bias has predominated, with an emphasis on preventing teenage pregnancies and STI, evading issues related to desire, affection, pleasure, gender and identities outside the heteronormative standard. Lately, the attack on gender studies and policies has focused on issues of sexuality and sexual diversity. In this context of cultural dispute over the conceptions of sexuality and gender, this text addresses the possibility of focusing on sexuality education from a biological perspective that emphasizes sexual diversity, based on the legacy of Alfred Kinsey. The film Kinsey, which had little impact in Brazil, is highlighted as a pedagogical possibility.

KEYWORDS: Kinsey. Sexuality. Education. Sexual Diversity.

Sexual morality needs to be reformed and science will show the way.

A moralidade sexual precisa ser reformada e a ciência mostrará o caminho.

(KINSEY)

Introdução

Os modos como a educação escolar tem se relacionado com as questões da sexualidade apontam avanços e retrocessos. Especialmente nas últimas duas décadas, motivada pela visibilidade dos movimentos LGBTQI+ e pela introdução do Tema Transversal Orientação Sexual (TTOS) – no sentido de educação sexual – nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a escola brasileira passou a visibilizar novas

demandas sociais no que se refere à diversidade de orientação sexual e aos usos dos corpos. Todavia, herdeiro de concepções moralistas de costumes e positivistas de conhecimento, o currículo escolar continua restringindo a problemática da sexualidade e do corpo às dimensões biológicas e de saúde. Assim, a complexidade da sexualidade humana fica reduzida a temas como aparelho reprodutor feminino e masculino, gravidez na adolescência e prevenção da síndrome da imunodeficiência adquirida e das infecções sexualmente transmissíveis (AIDS/ISTs) (ALMEIDA, 2016).

As questões relacionadas à sexualidade e ao corpo colocam a escola e os/as educadores/as diante do desafio de abordá-las junto às/aos jovens de modo não simplório ou reducionista. O que em geral se percebe é uma tendência a tratá-las por um viés puramente biológico e higiênico, talvez para tentar fugir de sua complexidade, interditando questões ligadas ao afeto, desejo, prazer, bem como às relações de gênero e identidades que escapam à heteronormatividade. Em geral, sua abordagem fica a cargo de docentes das disciplinas de Ciências e Biologia (BARROS; RIBEIRO, 2012), embora a proposta da transversalidade dos PCN indique que o/a profissional responsável por tais temáticas possa ser professor/a de qualquer disciplina, ou mesmo outro agente educacional, desde que tenha “um bom contato com os/as alunos/as e, portanto, (seja) um interlocutor confiável e significativo para acolher as expectativas, opiniões e dúvidas” (BRASIL, 1998, p. 331). Por entenderem a sexualidade humana como uma questão complexa, os PCN, no TTOS, não determinam uma disciplina específica para esta função de orientação, apesar de elencarem algumas disciplinas das quais as temáticas se aproximam, como Biologia, História, Sociologia, Psicologia e Antropologia. Antes sugerem que a educação sexual se dê em espaço e tempo distinto das aulas disciplinares, busque abranger as diversas dimensões da sexualidade humana e seja trabalhada transversalmente no currículo escolar (BRASIL, 1998).

A postura generalizada da escola brasileira em contemplar apenas os aspectos biológicos revela um processo de perpetuação do silenciamento das questões específicas da sexualidade no ambiente escolar. Pensamos que a escola, como produtora de subjetividades, pode tanto reproduzir os discursos supostamente verdadeiros sobre a sexualidade humana, como possibilitar uma ampla reflexão, baseada em informação científica e valores de respeito e inclusão, sobre como cada pessoa experimenta, de modo autônomo e singular, sua relação com o corpo, com a própria sexualidade e com o outro. Contudo, o que tem se perpetuado é o disciplinamento dos corpos (FOUCAULT, 1987) e o controle discursivo das expressões da sexualidade, no intuito de normalizá-la

e enquadrá-la na sua dimensão reprodutiva, sob a cisheteronormatividade (TORRES, SARAIVA e GONZAGA, 2020), reproduzindo-se no ensino de Biologia “um modelo de inteligibilidade de gênero”, nos termos de Judith Butler, baseado na “determinação biológica despartada das tramas sócio-culturais e entendido como natural” (SANTOS e SILVA, 2019, p. 166). Na mesma direção, Ribeiro et al (2016) constataram que os livros didáticos de Ciências e Biologia dos currículos brasileiro e português “reiteram o modelo da heterossexualidade e do binarismo de gênero” (p. 82), ao mesmo tempo em que apresentam a homossexualidade “como um desvio, algo a ser estudado e investigado” (p. 83).

Não por acaso a escola tem produzido e reproduzido discursos e práticas no sentido de tolher a curiosidade e experimentação juvenil da sexualidade e os possíveis desvios dos padrões heteronormativos de identidade sexual e de gênero, sem espaço para a reflexão. Na educação infantil, deparamo-nos com noções acríticas de inocência da criança e alarme diante de suas expressões de curiosidade, como a masturbação; e, entre os/as estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, com a censura e repressão aos namoros na escola, sejam de orientação homo ou heterossexual. Especificamente no ensino de Biologia, questões de gênero e sexualidade, a exemplo da transexualidade, por serem desafiantes, acabam sendo excluídas da discussão (SANTOS e SILVA, 2019).

Enfim, constata-se que a vivência da sexualidade ainda tem um lugar problemático no nosso imaginário social: pecado, safadeza, perigo de gravidez e doenças; os/as jovens devem se abster, não são autorizados a experimentá-la, não têm acesso facilitado a contraceptivos nem a informações científicas, vivem a sexualidade como transgressão, com culpa, especialmente as meninas, por conta da dupla moral sexual, e os/as jovens gays, lésbicas e trans. Assim, a despeito de sua importância na “construção dos sujeitos, dos seus corpos e das suas identidades sexual e de gênero” (RIBEIRO *et al*, 2016, p. 78), a educação para a sexualidade não tem o devido lugar no currículo escolar, nem na formação docente.

Ademais, em tempos de “ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2017) e “Escola sem Partido” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017), e da retirada dos termos diversidade sexual e gênero de 77% dos Planos Estaduais de Educação (ALMEIDA, 2018), no contexto de uma disputa entre uma perspectiva construcionista/culturalista do gênero e outra essencialista/biologicista (CARVALHO, 2017), o biológico parece ser o campo de maior ou exclusiva aceitação no que toca à abordagem escolar da sexualidade. Talvez

isso se deva à tradição disciplinar (e não transdisciplinar) da escola, à marca de autoridade científica da Biologia e a seu enfoque de um corpo abstrato, desconectado da experiência social e da vivência pessoal.

Nesse sentido, além de ser uma porta de entrada privilegiada (porque já estabelecida na prática escolar) para os debates acerca da diversidade sexual e de gênero, o biológico (via Ciências Naturais e Biologia) talvez seja um espaço possível de intervenção e atuação da educação para a sexualidade em comunidades escolares conservadoras, uma vez que há ainda um “predomínio do discurso biológico como estratégia pedagógica para ‘ensinar’ sobre sexualidade” (RIBEIRO; SOUZA, 2003, p. 67). No entanto, o biológico não é o único aspecto da sexualidade, nem mesmo o mais importante, já que sexualidade é um conceito amplo e complexo, envolvendo aspectos “biológicos, eróticos, físicos, emocionais, sociais e espirituais” em suas expressões comportamentais, culturalmente e historicamente variáveis. Suas funções reprodutivas restringem-se aos aspectos biológicos e físicos; já os aspectos emocionais e físicos implicam laços e sentimentos de amor, confiança e cuidado entre as pessoas (HUMAN SEXUALITY, WIKIPEDIA, s/d).

Apostamos no biológico como ponto de inserção da educação para a sexualidade na escola compreendendo que esse aspecto se caracteriza, contrariamente ao que aparece no senso comum, pela diversidade e diferença. As teorias da seleção natural e da seleção sexual em Darwin apontam para a “variabilidade de características entre indivíduos de mesma espécie que possibilite seleção de um em detrimento de outro. Se todos (indivíduos) fossem similares, não haveria razão para a seleção” (PARISOTTO *et al.*, 2003, p. 76). A reprodução sexuada tem como elemento consequente a não-similaridade dos indivíduos de uma mesma espécie, uma vez que possibilita pequenas variações genéticas. Ainda segundo as/os autoras/es, a seleção sexual possibilita a evolução de características reprodutivas, muitas vezes, inclusive, se opondo a aspectos evolutivos da seleção natural e até à sobrevivência. Alfred Kinsey, o biólogo que enfocamos neste texto, em sua tese em Biologia, já concluíra que as vespas americanas (*gall wasps*) caracterizam-se pela não-similaridade, ou seja, pela diferença entre os indivíduos dessa espécie (KINSEY; POLMEROY; MARTIN, 1949).

É plausível, portanto, pensar além do binarismo do sexo em Biologia (SANTOS; SILVA, 2019), desde Kinsey (KINSEY; POLMEROY; MARTIN, 1949) e, mais recentemente, a partir da bióloga transgênero Joan Roughgarden, que argumenta que a apresentação do sexo, ou seja, o gênero, em animais e humanos é diversa. Com efeito, a

pesquisa biológica tem demonstrado que as categorias de macho e fêmea não são estáveis nem abrangentes, observando-se duplicidade/simultaneidade e mudança/reversão no comportamento individual, contradizendo a noção de dimorfismo sexual (ROUGHGARDEN, 2011).

Sendo origem e laços, desejos e prazeres, mas também sofrimentos – estes derivados da ignorância, segundo Kinsey – a sexualidade é parte importante da vida humana e deve ter um lugar igualmente importante na escola brasileira, já que as políticas curriculares devem promover conhecimentos valiosos (YOUNG, 2009). Se a sexualidade tem sido abordada, ainda que limitadamente, nas aulas de Ciências Naturais e Biologia, como poderia ser explorada para além de aspectos anatômicos e fisiológicos do corpo humano sexuado?

No final da primeira metade do século XX, um biólogo, Alfred Kinsey, realizou uma extensa pesquisa empírica, nos Estados Unidos, sobre comportamento sexual humano. Os chamados Relatórios Kinsey sobre sexualidade masculina e feminina tiveram enorme repercussão nas mídias, mundialmente, à época, e influenciaram a revolução sexual das décadas de 1960 e 1970 (SENA, 2007; KINSEY REPORTS. WIKIPEDIA, s/d).

Já nos anos 2000, renovou-se o interesse no legado de Kinsey via produção artístico-cultural: peças teatrais – *Fucking Wasps*, de Steve Morgan Haskell, e o musical *Dr. Sex*, de Larry Bortniker e Sally Deering, ambos em 2003; o filme biográfico *Kinsey*, de Bill Condon, e um novo livro, *The Inner Circle*, de Coraghessan Boyle, ambos em 2004; o documentário *Kinsey*, da rede de televisão educativo-cultural PBS (*Public Broadcasting Service*) em colaboração com o *Kinsey Institute* da Universidade de Indiana, e a novela radiofônica *Mr. Sex*, de Steve Coombes, da BBC (*British Broadcasting Corporation*), ambos em 2005 (ALFRED KINSEY. WIKIPEDIA, s/d).



O filme *Kinsey*: vamos falar de sexo³, título em português, foi protagonizado por um ator popular, Liam Neeson, e circulou mundialmente. Sua sinopse menciona a polêmica que a divulgação da pesquisa de Alfred Kinsey causou na conservadora sociedade norte-americana nas décadas de 1940 e 1950 (ADORO CINEMA). Apesar do apelo do título, sua exibição no Brasil foi discreta e o filme não está atualmente

³ A imagem do filme lançado no Brasil, destacando a figura do ator que o protagoniza está disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-47748/>.

acessível, a não ser em sites maliciosos.

As informações sobre o filme foram retiradas de sites especializados em cinema e na plataforma da enciclopédia colaborativa Wikipédia, que mostra sua repercussão para o grande público. A busca de textos acadêmicos que tratassem do filme revelou a inexistência de trabalhos sobre ele. Das produções que se referem ao Relatório Kinsey, escritas após o lançamento do filme em 2004, apenas a tese de Tito Sena (2007) faz uma breve menção ao filme em uma nota de rodapé, sem apresentar informações ou análises do mesmo.

Empreendemos um levantamento bibliográfico, nas plataformas do Google Acadêmico e do Scielo, que tomassem o filme e a obra de Kinsey como análise, especialmente na sua relação com as questões do ensino de Biologia e da educação sexual. Iniciamos a busca pelos verbetes “Kinsey” and “ensino de Biologia”, que resultou em apenas quatro trabalhos relacionados. Gonçalves (1998) cita o Relatório Kinsey em dois breves parágrafos de sua dissertação de mestrado em Educação. O artigo de Bastos e Pinho (2019) menciona apenas uma vez no seu texto o nome Alfred Kinsey. Já Ferreira (2013) menciona o relatório Kinsey indiretamente. Carvalho (2021) cita Kinsey apenas uma vez em seu artigo, pontuando suas contribuições ao desatrelar as condutas afetivas da classificação binária homo/hétero. A busca a partir do verbete “Relatório Kinsey” apontou seis textos, sendo uma tese de doutorado (SENA, 2007); duas resenhas (VIEIRA, 2014; OLIVEIRA; LAGO, 2015), ambas sobre o livro de Tito Sena, produto da tese; dois artigos (SENA, 2010; BASTOS; PINHO, 2019) e um capítulo de livro (GOMES, 2017).

Retomamos o filme, neste texto, para tratar de educação em sexualidade, com foco na legitimação da diversidade sexual pela Biologia. O ataque que os estudos de gênero – sob o termo artificioso “ideologia de gênero” – vêm sofrendo em anos recentes, por parte de grupos religiosos reacionários, visa reaver o espaço das igrejas diante dos recentes processos de secularização, e “conter o avanço de políticas voltadas a garantir ou ampliar os direitos humanos de mulheres, pessoas não-heterossexuais e outros dissidentes da ordem sexual e de gênero”, de acordo com Rogério Junqueira (2017, p. 46). Assim, o discurso anti-gênero investe na “(re)naturalização das concepções de família, maternidade, parentesco, (hetero)sexualidade, diferença sexual” (idem, p. 46), buscando restaurar a tradicional ordem de sexo e gênero (a heteronormatividade e a dominação masculina). Depreciando os estudos científicos e acadêmicos, tal discurso aglutina manifestações “contra políticas sociais, reformas

jurídicas e ações pedagógicas voltadas a promover os direitos sexuais e punir suas violações, enfrentar preconceitos, prevenir violências e combater discriminações (hetero)sexistas” (idem, p. 46).

Nesse contexto, as políticas educacionais de igualdade/diversidade sexual e de gênero, de educação para a sexualidade e contra a homo/lesbo/transfobia precisam avançar na escola e o filme *Kinsey*, ao trazer à baila o tema, pode ser um interessante recurso didático a ser explorado na formação docente e no ensino médio, já que foi classificado para 16 anos (CINEWEB). Antes de abordarmos o filme, pensando em suas possibilidades pedagógicas, enfocamos brevemente a sexualidade e a educação para sexualidade.

Sexualidade: breve revisão conceitual

Considerando a sexualidade um campo de estudo inter/multidisciplinar complexo, apresentam-se aqui alguns apontamentos que indicam as dificuldades de sua conceituação pelos múltiplos aspectos e dimensões envolvidos na experiência sexual humana em meio às relações sociais. Tal complexidade desafia a reflexão sobre a aprendizagem acerca da sexualidade em diferentes etapas da vida humana e, conseqüentemente, sobre sua abordagem nas escolas. Em um guia internacional reeditado em 2018, a Unesco, ao propor uma abordagem curricular compreensiva da educação para a sexualidade (*comprehensive sexuality education - CSE*), reconhece a dificuldade de defini-la:

... pode ser entendida como uma dimensão central do ser humano, incluindo: a compreensão do corpo e a relação com ele, apego emocional e amor, sexo, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, intimidade sexual, prazer e reprodução. Sua complexidade envolve dimensões de ordem biológica, social, psicológica, espiritual, religiosa, política, legal, histórica, ética e cultural que evoluem ao longo da vida (UNESCO, 2018, p. 17, tradução nossa).

Entre práticas individuais e normas e valores culturais, a sexualidade é tanto uma experiência subjetiva, referente aos significados de relações interpessoais, íntimas, privadas, quanto uma construção social marcada por crenças, práticas, comportamentos e identidades variáveis. Ademais, está ligada ao poder, aos usos e controle do próprio corpo e do corpo do outro (UNESCO, 2018), como se dá nas relações de dominação masculina.

No Dicionário Crítico do Feminismo lê-se que a sexualidade “pode ser definida como a construção social (dos usos do corpo), [...] que determina um conjunto de regras e normas, variáveis de acordo com as épocas e as sociedades” (LHOMOND, 2009, p. 231). Essa definição evidencia que a sexualidade é construída social e culturalmente e que é contextual e cambiante.

A teorização feminista aponta que a sexualidade está tão ligada ao gênero que é difícil delimitar uma e outro. De acordo com Cranny-Francis et al (2003, p. 9), “sexualidade é um conjunto de processos sociais que produzem e organizam a estrutura e a expressão do desejo” (tradução nossa). No contexto das relações de gênero (androcêntricas e de dominação masculina) e da heterossexualidade compulsória, a sexualidade masculina tem sido representada como naturalmente ativa, agressiva e sádica e a feminina como naturalmente passiva, narcisista e masoquista, reduzida à maternidade, como apontam as autoras. Daí que a liberação das mulheres depende da desconstrução da heteronormatividade e do binarismo de gênero, e do seu empoderamento a partir do controle de seus corpos por elas e não pelos dispositivos patriarcais.

Cabe lembrar que a violência sexual – definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como qualquer ato ou tentativa de ato sexual usando violência ou coerção, independentemente da relação com a vítima e do local onde ocorra – é predominantemente (embora não exclusivamente) praticada por homens contra mulheres ou meninas, e consiste em uma das mais comuns e traumáticas violações dos direitos humanos e em um grave problema de saúde pública, com impactos profundos, de curta ou longa duração, na saúde física e mental. Inclui abuso de pessoa bêbada, drogada, adormecida ou incapaz de entender a situação, exploração sexual (tráfico e prostituição), escravidão sexual, casamento infantil, gravidez ou esterilização forçada, aborto forçado, exposição sexual e pornografia, mutilação genital, inspeção de virgindade, estupro “corretivo”, negação de contraceptivo e de proteção contra IST (KRUG, 2002).

A violência sexual sempre foi praticada e naturalizada, desde a antiguidade – lembremos que as mulheres eram propriedade de seus pais, irmãos, maridos, sem direitos sobre seus corpos – e só passou a ser criminalizada no século XX, com base em legislação internacional de direitos humanos. O Brasil é signatário da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), de 1979, e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a

Mulher - Convenção de Belém do Pará, de 1994. Neste século, eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas é uma das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 – Igualdade de Gênero.

Aprendida em uma cultura que tolera e naturaliza a violência (na família, na escola, nas mídias, nos vários contextos comunitários), a violência sexual não é natural, mas resultante de relações de poder androcêntricas, valores morais e atitudes pró-violência, expressos pela hipermasculinidade. A teorização feminista considera que ela se baseia nas relações de dominação de gênero e que suas causas estão na estrutura social de extrema desigualdade, dominação masculina e exploração feminina, desde a família, onde a violência doméstica é uma forma de opressão patriarcal. Daí a importância da educação feminista para mudar a cultura gendrada, em que se toleram formas de masculinidade violenta (como o estupro, inclusive marital) e a misoginia (tendo, no seu extremo, o feminicídio); e da educação para a sexualidade, que critique as representações da sexualidade masculina como naturalmente agressiva e violenta e da sexualidade feminina como passiva.

Um importante marco dos estudos da sexualidade é a teoria freudiana, que trouxe uma contribuição inovadora ao conceito, ao desligar a sexualidade de sua determinação biológica e ao descentrar a escolha de objeto como definidora da sexualidade. A partir da vasta obra de Sigmund Freud, a sexualidade pode ser definida como uma “energia vital [...] pulsional direcionada para o prazer, passível de variações quantitativas e qualitativas, vinculada à homeostase, à afetividade, às relações sociais, às fases do desenvolvimento da libido infantil, ao erotismo, à genitalidade, à relação sexual, à procriação e à sublimação”, segundo Paulo Bearzoti (1994, p. 5). Aqui o autor aponta o prazer, o equilíbrio psíquico e a afetividade como os aspectos primeiros da sexualidade, bem como sua abrangência nas diversas dimensões da vida, a partir de Freud.

É importante destacar que, para o pai da Psicanálise, a sexualidade é apedagógica, no sentido de que qualquer tentativa de contenção, disciplinarização ou alteração de sua expressão em cada sujeito é infrutífera e produz resultados disruptivos no psiquismo de quem sofre essa violência e nas relações sociais. Outro ponto a destacar das contribuições de Sigmund Freud (1905 [2010a]; 1917 [2010b]) à sexualidade é sua defesa de que a identidade de gênero não tem qualquer relação com a apresentação, no corpo, de um órgão sexual masculino ou feminino. Antes está

relacionada às representações que cada criança produz a partir dos modos de apresentação e atuação dos gêneros no ambiente que a circunda.

Outro teórico que se debruçou sobre a questão da sexualidade foi Michel Foucault, em sua análise da sociedade disciplinar e de seus mecanismos de poder-saber que agenciam os sujeitos e produzem uma moral social normatizadora (FOUCAULT, 1979). O poder disciplinar está intimamente ligado à produção de um saber que o sustenta e é por ele sustentado, ambos a serviço da invenção de uma verdade. Um dos principais mecanismos de poder-saber produtor de verdade é o que o autor nomeia de “dispositivo da sexualidade”. Por dispositivo Foucault (1979, p. 244) compreende um conjunto “heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis [...]. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos”. Portanto, o dispositivo da sexualidade é todo um conjunto heterogêneo de relações de poder que produz o gerenciamento e controle da sexualidade. Esse conjunto de elementos pode ser verificado em diversos artifícios presentes em nossa sociedade, na escola, nos materiais educativos, na política, na religião, no silenciamento frente às lutas sociais pelos direitos sexuais de mulheres e minorias sexuais.

Segundo Foucault (1988, p. 235), “[...] a sexualidade é um comutador que nenhum sistema moderno de poder pode dispensar”. Esse comutador, que ao mesmo tempo dita e interdita, que formula dizeres sobre a sexualidade e proíbe outros, foi sempre utilizado pelo poder como meio de se estabilizar e exercer seu domínio. Exatamente por sua prevalência na vida das pessoas e nas práticas sociais, a sexualidade é usada como moeda de troca, tornando-se um instrumento útil na fabricação de imagens sociais e políticas aceitáveis; nesse sentido, uma pessoa passa a ser bem-vista se ela tem uma conduta sexual, supostamente, adequada aos padrões instituídos.

As questões da sexualidade, na ótica foucaultiana, foram alvo de um discurso prolixo, disciplinador e normalizador (FOUCAULT, 1988), que visava controlar o uso dos corpos e reger os prazeres. Em outras palavras, a intenção de tais discursos seria impedir a livre expressão das experiências e percepções da sexualidade. Buscava-se definir os modos corretos de usos dos corpos e de expressões da sexualidade. Esse falar tinha como intento primeiro controlar as práticas sexuais, os desejos e os pensamentos sobre o sexo; e, em segundo lugar, a normatização da sexualidade a partir da nomeação das práticas sexuais. Assim “o interdito, a recusa, a proibição, longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas seu limite [...]. As formas de poder são, antes de tudo

produtivas” (FOUCAULT, 1988, p. 134). Ao se nomear as formas limítrofes da sexualidade, se produz uma sexualidade “normal”, positivamente valorizada.

Esse caráter produtivo do poder, no tocante à sexualidade, localizou nesta a verdade sobre o sujeito. A procura da verdade esteve sempre ligada ao sexo. O autor ainda coloca na sexualidade o centro da existência humana. Para o mundo ocidental cristão “o sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discursos” (1988, p. 127). O importante é que o sexo não tenha sido somente objeto de sensação e de prazer, de lei ou de interdição, mas também de verdade e de falsidade, que “a verdade do sexo tenha se tornado coisa essencial, útil ou perigosa, preciosa ou temida, em suma, que o sexo tenha sido constituído em objeto de verdade” (FOUCAULT, 1988, p. 65).

As preocupações quanto às identidades sexuais e aos modos de controle de produção e expressão das mesmas levou a sociedade ocidental, nos diversos momentos históricos, especialmente a partir do início do século XX, a criar mecanismos de controle da sexualidade. E o principal espaço de domínio e produção de uma verdade sobre a sexualidade foi a escola. Não obstante, a escola é, também, um dos principais espaços de contestação, sob a condição de que se reconheça a diversidade sexual e de gênero e se criem espaços de garantia da presença de corpos/sujeitos que tensionem a lógica binária e a cisheteronormatividade (TORRES; SARAIVA; GONZAGA, 2020).

Educação para a sexualidade na escola brasileira: breve histórico

Como, historicamente, a educação para a sexualidade tem sido incluída na escola brasileira? Como nossa escola pública tem se relacionado com esta temática no presente? Essas questões, que demandam pesquisas específicas e extensas no tempo e espaço, certamente não serão respondidas aqui, mas apenas brevemente referenciadas a seguir.

A preocupação em trazer para dentro das escolas brasileiras a educação para a sexualidade remonta às primeiras décadas do séc. XX. Tal temática foi introduzida principalmente pelo educador Fernando de Azevedo, que em muito incentivou as reformas do ensino brasileiro nos primeiros anos da década de 1920. Porém a preocupação central de introduzir esse tema na educação foi diretamente influenciada pelo movimento eugenista, que buscava produzir um branqueamento da população brasileira e teve seu auge das décadas de 1910 a 1930. A educação sexual voltava-se

então a “ensinar” às crianças e adolescentes a melhorarem a “raça brasileira”, pela preferência de mistura das pessoas pardas e negras com as pessoas de origem europeia. Além da intenção eugenista, estavam presentes nessa perspectiva de orientação sexual os aspectos da moral cristã burguesa, tais como a prática sexual com vistas exclusivamente à reprodução, à abstinência sexual (especialmente das jovens, das mulheres solteiras/separadas/viúvas e das pessoas idosas), à monogamia, à continência e à depreciação do corpo feminino, lugar do pecado (GUIMARÃES, 1995; CÉSAR, 2009; SILVA, 2012; SCHWARCZ, 1994; RAMOS, 1996).

A década de 1930 foi marcadamente importante para as discussões sobre a educação para a sexualidade no Brasil, especialmente pela criação do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), que veiculou um periódico intitulado “Boletim de Educação Sexual”, entre os anos de 1933 e 1939. As posições teóricas presentes nos discursos e práticas do CBES se direcionavam ao entendimento de que “[...] a educação sexual assumia como objetivo a intensificação de um projeto de civilidade que pudesse retirar o sexual da insígnia da sensualidade [... visando corrigir] o excesso sexual” (OLIVEIRA, 2012, p. 509). As intenções dos médicos que formavam o CBES, eram produzir, através da educação, uma nova moral sexual no país. Para tanto, buscaram romper com o silêncio sobre o sexo existente na sociedade da época e passaram a incitar o falar sobre o sexo para, desse modo, controlar os discursos sexuais que não se enquadrassem na moral vigente à época. O que aparentemente poderia parecer liberação sexual era, na verdade, uma ação de higienização da sexualidade em níveis nunca vistos na história do Brasil (OLIVEIRA, 2010; 2012).

O Golpe Militar de 1964 foi também um golpe na educação para a sexualidade, pois os militares – levados pela preservação de uma moral cristã e burguesa, e influenciados pela perseguição que Alfred Kinsey vinha sofrendo nos EUA, sob acusação de comunismo (SENA, 2010) – aboliram toda ação de orientação sexual nas escolas, e até tentativas de uma educação sexual de viés cristão foram desestimuladas. Porém, mesmo com toda a repressão, houve iniciativas por parte de escolas, especialmente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, de incluir questões de orientação sexual em seus currículos. Tais iniciativas, no entanto, não foram duradouras devido à repressão. Especialmente a década de 1970 foi marcada por um retorno exacerbado ao puritanismo no país (GUIMARÃES, 1995; SILVA, 2012).

Contudo, é também na década de 1970, em seus anos finais, que a sociedade brasileira irá iniciar um intenso processo de pensar a educação para a sexualidade nas

escolas. Especialmente nos anos de 1978 e 1979 foram realizados congressos de educação sexual, por iniciativa de pensadoras feministas, promovidos por escolas particulares do país. Ainda no final da década de 1970 e início da década de 1980 foram realizados dois eventos, em escala nacional, que tinham como tema central a sexualidade: o 1º Seminário Técnico de Educação Sexual, organizado pela Sociedade Civil Bem Estar Familiar do Brasil (BEMFAM); e o 1º Encontro Nacional de Sexologia, pela Federação de Ginecologia e Obstetrícia. Estes dois eventos, com caráter marcadamente biológico sobre a sexualidade, trataram quase que exclusivamente de temas como: contracepção, gravidez na adolescência, prevenção de doenças. O último evento, particularmente, fez um debate intenso sobre a AIDS, que começava a assombrar a sociedade no mundo todo (LOURO, 2004; SILVA, 2012; GUIMARÃES, 1995).

Vale destacar que, em 1980, Marta Suplicy inaugurou o quadro Comportamento Sexual, no programa TV Mulher da Rede Globo, com audiência média diária de dois milhões de telespectadoras/es, abordando “assuntos controversos, como a emancipação e os direitos da mulher, o aborto, os movimentos feministas e LGBT”. Contudo, o programa enfrentou processos do Departamento Nacional de Telecomunicações e Marta foi afastada, temporariamente, em novembro de 1982, retornando graças a manifestações contrárias à censura e permanecendo na grade de programação da Rede Globo até junho de 1986, quando se mudou para a TV Manchete, onde apresentou quadro semelhante até 1988. As mais de 3 mil cartas de telespectadoras/es recebidas por Marta, durante o período em que o programa foi transmitido pela Globo, inspiraram a peça teatral de Mário Prata, lançada em 1984: *Papai & Mamãe, Conversando Sobre Sexo*. Marta também publicou vários livros nesse período: *Conversando sobre Sexo* (1983); *Sexo para adolescente: orientação para educadores* (1988); *Papai, mamãe e eu: o desenvolvimento sexual da criança dos dois aos seis anos no lar e na escola* (1990); *Guia de orientação sexual* (1994); *Sexo se Aprende na Escola* (1995); e *Sexo para adolescente: amor, homossexualidade, masturbação, virgindade, anticoncepção, AIDS* (1995) (BUENO, 2015; MARTA SUPLICY. WIKIPEDIA, s/d).

Mas é especialmente na década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, e o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), logo em seguida, que a temática da educação sexual irá ganhar um novo impulso e concepção por parte da escola no Brasil. Em 1998, o tema da sexualidade entra nos PCNs, em módulo específico dos Temas

Transversais, e vai facilitar sua abordagem por diversas disciplinas e possibilitar a emergência de temas que não se limitem ao ato sexual, aos métodos contraceptivos, gravidez e prevenção de doenças. O termo ‘Orientação Sexual’ (TTOS) refere-se à inclusão, no currículo escolar, da educação para a sexualidade e visa orientar as/os estudantes sobre

[...] o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos [...], prevenção de problemas graves, como abuso sexual e gravidez indesejada [...], discussão de questões polêmicas e delicadas, como a masturbação, iniciação sexual, o ‘ficar’ e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia [...]. Uma educação ligada à vida, ao prazer e ao bem-estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano (BRASIL, 1998, p. 293).

Nos últimos anos, dois programas de alcance nacional buscaram repensar a questão da educação sexual nas escolas brasileiras. Foram eles: o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) e o Programa Saúde na Escola (PSB), criados em 2004 e 2007, respectivamente. A particularidade de tais programas reside no fato de terem contado em sua elaboração com ativistas dos movimentos sociais pelos direitos sexuais e, assim, promoverem temas que antes eram simplesmente silenciados na escola. Ambos os programas produziram materiais educativos destinados à educação formal (ALMEIDA, 2016).

Um último ponto a destacar em relação à temática da educação para a sexualidade diz respeito à retirada dos termos diversidade sexual e gênero do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e de 77% dos planos estaduais de educação, graças à ação de grupos fundamentalistas religiosos, católicos e evangélicos. Esse panorama aponta para o retorno a uma perspectiva meramente anátomo-fisiológica e higienista da abordagem de temas de sexualidade na escola brasileira, ou mesmo, o que seria pior, para sua proibição no currículo escolar (ALMEIDA, 2018). Agrava-se mais ainda a situação com o crescimento dos movimentos reacionários “Escola sem Partido” e de combate à “ideologia de gênero” na escola (MISKOLCI; CAMPANA, 2017), terminologias duvidosas e apelativas.

Adeptos deste último movimento reivindicam uma base biológica para o gênero, a sexualidade e as orientações sexuais, reduzindo e distorcendo a própria compreensão científica desta ciência. Aqui caberia destacar que a Biologia, por estudar a reprodução dos organismos vivos, não estuda a sexualidade humana, cuja abordagem assume vieses

psíquicos e culturais, nem tampouco gênero, entendido como noções culturais de masculinidade e feminilidade. Contudo, há uma obra de um biólogo sobre sexualidade humana, que impactou as ciências humanas (DRUCKER, 2012), novamente divulgada há pouco tempo através do filme *Kinsey: vamos falar de sexo*, que comentamos a seguir.

Kinsey, precursor da sexologia e defensor da educação para a sexualidade



O filme, lançado em 2004, é um drama biográfico escrito e dirigido por Bill Condon, com 118 minutos de duração⁴. Liam Neeson interpreta o cientista (apelidado de Prok) e Laura Linney sua esposa (apelidada de Mac). Aplaudido pela crítica nos Estados Unidos, o filme ganhou o *Prêmio GLAAD Media: Filme Marcante*, o *Los Angeles Film Critics Association Award de Melhor Ator*; Neeson e Linney foram indicados ao Globo de Ouro e ela também ao Oscar de Melhor Atriz Coadjuvante (KINSEY (film) WIKIPEDIA, s/d). Todavia, foi recebido com protestos por grupos fundamentalistas nos Estados Unidos e passou muito discretamente no Brasil em abril de 2005 (KINSEY (filme) WIKIPEDIA).

A trama do filme intercala uma entrevista de Prok sobre sua história sexual – como contexto de treinamento de seus colaboradores para o trabalho de campo da sua pesquisa – com flashbacks de sua infância e juventude (KINSEY (film) WIKIPEDIA, s/d). Entre as décadas de 1930 e 1950, com seus colaboradores Clyde Martin, Paul Gebhard e Wardell Pomeroy, e financiamento da Fundação Rockefeller (FR), ele conduziu uma ampla pesquisa empírica, pioneira, sobre a sexualidade humana nos Estados Unidos, da qual resultaram dois livros: *Sexual Behavior in the Human Male* (1948), não publicado no Brasil e *Sexual Behavior in the Human Male* (1948), não publicado no Brasil e *Sexual Behavior in the Human Female* (1953), publicado no Brasil (KINSEY; POMEROY; MARTIN; GEBHARD, 1954).

Alfred Charles Kinsey (1894-1956) nasceu em uma família devota cristã metodista. Logo no início do filme, o entrevistador pergunta ao professor sobre sua relação com sua mãe e seu pai. Ele então recorda um sermão do pai advertindo contra as

⁴ A imagem do filme em inglês, também mostrando o protagonista, está disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Kinsey_\(film\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Kinsey_(film)).

“mil vias da luxúria” e até mesmo contra “as invenções modernas da ciência, que são usadas para cultivar a imoralidade” (KINSEY, 2004, 2:04-3:34, tradução nossa). No entanto, Kinsey só frequentou a igreja até os 19 anos; escapou da opressão religiosa pela prática do escotismo ao ar livre e pela observação da natureza; e, contrariando o pai, formou-se em Biologia e Psicologia em 1916.

Com uma tese sobre um tipo de vespa (*gall wasps*), doutorou-se em 1919 na Universidade de Harvard, e logo passou a lecionar na Universidade de Indiana, em Bloomington (KINSEY, POMEROY e MARTIN, 1949). Em 1921, casou-se com uma aluna, Clara McMillen, ambos virgens (KINSEY, 2004, 17:00-17:14), com quem teve dois filhos e duas filhas, e um relacionamento sexualmente aberto.

A noite de núpcias não foi uma experiência prazerosa para Alfred e Clara (KINSEY, 2004, 20:13-22:36), que constataram ter uma incompatibilidade anatômica – um pênis muito grande para um hímem rígido – e trataram de consultar um médico (KINSEY, 2004, 26:04-26:49). A partir daí exploram e descobrem os prazeres do sexo, inclusive o sexo oral.

O interesse de Kinsey pelas práticas sexuais se amplia quando passa a aconselhar seus estudantes de pós-graduação, reconhecendo as dificuldades sexuais dos recém-casados. A uma aluna, que diz que “parece que eu estou morta lá embaixo”, o professor pergunta se seu marido lhe faz sexo oral e prescreve beijo genital contra frigidez (KINSEY, 2004, 28:31-30:42). Incomodado com as informações errôneas que os jovens tinham sobre a sexualidade, vai buscar suas fontes, a literatura da época que condena a exploração dos prazeres sexuais, com ameaças de doenças e infertilidade. Passa, então, a criticar tal literatura de educação sexual como portadora de moralidade disfarçada de conhecimento factual.

Num evento acadêmico-social, de lançamento de seu último livro sobre vespas, quando o reitor comenta que os/as estudantes solicitaram um curso sobre sexo, Kinsey se envolve num debate com o professor de Higiene, que afirma que o tópico já era tratado na sua disciplina. Kinsey critica seu enfoque e alerta para a epidemia de doenças venéreas que varre o país, ao que o colega responde que a cura para a sífilis é a abstinência sexual. Contra o curso “anti-sexo” do colega, Kinsey propõe instrução sexual que atenda às reais necessidades dos/as estudantes (KINSEY, 2004, 32:57-34:05).

Assim, em 1937, Prok oferta um curso “sobre casamento”, aberto a professores e estudantes de pós-graduação e graduação casados/as – inicialmente, participaram 70

mulheres e 28 homens e, em dois anos, o interesse ultrapassou 400 participantes (DIMURO, 2019). Diante de um auditório lotado, o professor aponta que “a sociedade interfere no desenvolvimento biológico normal, adiando a atividade sexual, o que causa dificuldades sexuais e casamentos precoces”. Argumenta que “numa sociedade não inibida uma criança de 12 anos saberia a maior parte da Biologia que eu terei de ensinar a vocês em aulas formais”. E vai direto ao assunto: “Vamos começar pelos seis estágios da cópula: estimulação, lubrificação, ereção, aumento da sensibilidade, orgasmo e liberação nervosa. Os dois sexos experimentam os seis estágios igualmente”. Para espanto da audiência, projeta um pênis ereto tocando uma vulva; e em seguida aponta o clitóris intumescido, eroticamente estimulado para possibilitar à mulher completar o ato (KINSEY, 2004, 36:52-39:22).

Para as muitas perguntas dos/das estudantes, a resposta de Prok é uma só: “eu não sei! De um ponto de vista sexual é difícil dizer o que é comum ou raro porque sabemos muito pouco sobre o que as pessoas realmente fazem”. E assinala as consequências negativas dessa ignorância: “Isso deixa a maioria de nós ansiosos ou culpados: estou interessado/a na coisa certa? Faço as coisas do jeito normal?” Daí surge seu interesse de pesquisa: “Uma das formas de saber o que as pessoas fazem é descobrir o que elas têm feito”. Convida então seus alunos e alunas a responderem um questionário “contando a verdade” (KINSEY, 2004, 40:00-41:20) e descobre um enorme hiato entre o que se assume que as pessoas fazem e o que elas de fato fazem: sexo pré-marital, extra-marital e homossexual.

Com Clyde Martin, aluno que se torna seu assistente, e Mac, sua esposa, discute os dados e seus limites – pelo número reduzido de sujeitos e sua condição vulnerável de alunos/as, mesmo com a promessa de confidencialidade. Decide, então, tentar entrevistas da história sexual (*sex history interviews*) fora do ambiente universitário. Começa com os homossexuais, entrevistando homens em um bar gay de Chicago (KINSEY, 2004, 45:52-48:52).

A partir daí, “com base nas quantidades relativas de experiência ou resposta heterossexual e homossexual em cada história”, Kinsey desenvolve sua escala de orientação sexual com variações/gradações de 0 a 6, sendo 0 exclusivamente heterossexual e 6 exclusivamente homossexual, 3 igualmente hetero e homo (sem adotar o termo bissexual), adicionando depois uma classificação X para “sem contatos ou reações socio-sexuais” (próxima de assexual). Focando na “experiência sexual evidente” e nas “reações psicosssexuais”, não é uma escala de identidade sexual, apenas

pretende demonstrar que a sexualidade não se restringe a duas categorias: homossexual e heterossexual, mas é diversa, fluida e sujeita a mudança ao longo do tempo. Portanto, a escala Kinsey desafia os tradicionais comportamentos heteronormativos, sem considerar homossexual e heterossexual como antíteses, mas como um continuum (KINSEY SCALE. WIKIPEDIA, s/d).

Ao apresentar sua escala para Clyde Martin, que se classifica como 3, Prok é inquirido e se classifica como 1 (principalmente heterossexual) ou 2 (predominantemente heterossexual), admitindo que levou muito tempo para reconhecer suas reações homo-psicossexuais. Clyde então o convida a experimentar (KINSEY, 2004, 50:15-52:05) e logo Kinsey confessa à esposa sua experimentação homossexual, propondo que ela também se libere de restrições sociais. Inicialmente magoada, Mac depois se libera, fazendo sexo também com Clyde Martin (59:37).

Kinsey afirma que as chamadas perversões sexuais (masturbação, sexo oral, atos homossexuais) se situam no escopo da normalidade biológica (55:04-55:19); adverte que, embora a moral da sexualidade reprodutiva condene as demais práticas, as demandas biológicas são imperativas e as restrições sociais inefetivas (55:30-55:51); e enfatiza a diversidade (56:12).

Em 1941, consegue financiamento da Fundação Rockefeller (FR), através do *National Research Council (NRC) Committee for Research in Problems of Sex (CRPS)*, para realizar a pesquisa em todo o país; e, em maio de 1949, o financiamento é renovado por mais três anos (ROCKFELLER FOUNDATION. KINSEY REPORTS, s/d). Assim foi possível, para Kinsey e colaboradores, entrevistarem 16.392 pessoas através de entrevistas estruturadas presenciais baseadas em questionário que continha entre 300 e 500 perguntas. Para a escrita dos dois relatórios finais foram utilizados os dados de 11.240 questionários (KINSEY; POMEROY; MARTIN, 1949), sistematizados manualmente. O método investigativo empregado foi o taxonômico, interessado “em primeiro lugar, pela medição das variações em séries de indivíduos considerados como representativos da espécie pela qual se interessa a pesquisa” (p. 16, tradução nossa).

A publicação de *Sexual Behavior in the Human Male* em 1948 foi um sucesso acadêmico e comercial, um *best seller*, e recebeu críticas positivas e negativas. Especificamente no âmbito acadêmico, a pesquisa interdisciplinar de Kinsey foi criticada por pesquisadores/as da medicina, psiquiatria, psicologia, sociologia e antropologia. Psiquiatras fizeram restrições à qualificação de Kinsey como biólogo para dar conta da complexidade da sexualidade, enquanto outros acadêmicos focaram na sua

metodologia, apontando que seus sujeitos não eram suficientemente diversos, com super-representação de brancos com educação superior e sub-representação de conservadores religiosos e trabalhadores brancos e negros. Kinsey não utilizara amostragem probabilística e a FR enviou uma equipe de estatísticos para examinar sua metodologia (ROCKFELLER FOUNDATION. KINSEY REPORTS, s/d).

Em síntese, sua metodologia foi questionada tanto do ponto de vista quantitativo (pela amostra voluntária, viesada para casos extremos), quanto do ponto de vista qualitativo (pela ausência de contexto e nuances, de foco em emoções e desejos) e, ainda, pela não utilização do método clínico de estudo de caso, desconsiderando o inconsciente (DRUCKER, 2012). Ademais, ele também foi criticado por interpretar os dados além da descrição taxonômica e extrapolá-los em suas conclusões. Contudo, sua técnica de entrevista foi capitalizada em estudos e práticas posteriores (DRUCKER, 2012).

Outros aspectos controversos da pesquisa de Kinsey referem-se à utilização de observação e participação em atividades sexuais, inclusive com colaboradores, visando entender as respostas dos sujeitos – por exemplo, a observação de orgasmos de mulheres, que o leva a legitimar o orgasmo clitoriano (KINSEY, 2004, 1:19:20-1:22:10); e as experiências de troca de casais e sexo grupal, que inclusive o filme mostra (1:23:45-1:25:22).

No âmbito cultural, considerando a necessidade de conhecimento e educação sexual, muitos reconheceram o potencial da pesquisa de Kinsey para a democracia e a paz social, bem como para a própria liberdade de pesquisa; houve quem apontasse “as salas de aula como o melhor lugar para inculcar os ideais da democracia e da livre investigação” que o relatório Kinsey representava; e houve quem reconhecesse sua contribuição para “melhorar as relações interpessoais” e “a compreensão, julgamento e orientação da conduta humana” (DRUCKER, 2012, p. 92).

Em 1953, a publicação do segundo relatório, *Sexual Behavior in the Human Female*, teve ainda maior cobertura da imprensa e causou intenso interesse e indignação pública. Kinsey foi capa da Revista Time de 24/8/1953⁵ e em 15/9/1953 apareceu como um personagem de um programa de TV (*Jack Benny*) (ALFRED KINSEY. WIKIPEDIA, s/d).



⁵ Fonte: Wikimedia Commons. Kinsey's 1953 cover on TIME Magazine. Disponível em: <https://allthatsinteresting.com/alfred-kinsey-report>.

Já se vivia a *guerra fria* e logo os Relatórios Kinsey se tornariam “uma arma política (...) em uma era de suspeita e histeria anti-comunista” (ROCKFELLER FOUNDATION. KINSEY REPORTS, s/d), sendo inclusive usados contra a FR em investigações no congresso estadunidense, sob a acusação de contribuírem para enfraquecer a moralidade nacional (KINSEY, 2004, 1:38:10-1:39:28). Como figura pública, Kinsey sofreu ataques por “expor os segredos sexuais americanos e, conseqüentemente, as fraquezas mais íntimas do país” (DRUCKER, 2012, p 93, tradução nossa). Os dados sobre a diversidade da sexualidade das mulheres foram vistos como uma ameaça à família nuclear heterossexual e à segurança interna e estabilidade do país (DRUCKER, 2012). Acusado de simpatizante do comunismo, denunciado por grupos religiosos reacionários, as atividades de Kinsey foram investigadas pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI) (FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. ALFRED KINSEY, s/d) e materiais por ele importados foram apreendidos pela alfândega como pornografia, com cobertura negativa da mídia e prejuízos financeiros com sua defesa judicial (KINSEY, 2004, 1:29:20-1:30:34).

Em 1954, a FR cessou o financiamento de sua pesquisa (ROCKFELLER FOUNDATION. KINSEY REPORTS, s/d) e Prok buscou financiamento de outras fontes em vão (KINSEY, 2004, 1:43:00-1:45:35). Já doente do coração, mas trabalhando sem tréguas e sentindo-se culpado por fracassar na luta contra a ignorância sexual, morre, em 1956, deixando muitos de seus dados sem publicar.

Pela repercussão em listas de bestsellers e revistas populares, os Relatórios Kinsey foram reconhecidos como precursores da revolução sexual das décadas de 1960 e 1970 (ALFRED KINSEY. WIKIPEDIA, s/d). Seus achados geraram debate sobre suas implicações culturais positivas e negativas nos campos educacional, médico, legal e político, sendo considerados tanto inspiradores para a educação sexual quanto perigosos para o público em geral (DRUCKER, 2012). A visão positiva é que poderiam “ajudar as crianças a aceitarem seus próprios corpos, entenderem as diferenças individuais, e reconhecerem a natureza bissexual essencial de cada um/a” (DRUCKER, 2012, p. 88, tradução nossa), assim como informar a atualização da legislação sobre sexo, casamento e divórcio, por exemplo, descriminalizando a homossexualidade (DRUCKER, 2012).

No final do filme, Kinsey toma uma história sexual de uma mulher que era casada com filhos e se apaixonou por outra mulher. Depois de sofrer intensamente por isso, lendo o relatório sobre sexualidade feminina, ela se revelou para a amiga,

descobriu que o amor era recíproco e foram felizes desde então. Ela agradece Kinsey por ter salvo sua vida (KINSEY, 2004, 1:46:32-1:49:18).

O filme encerra com a entrevista inicial de Kinsey conduzida por Clyde Martin, que lhe faz uma última pergunta sobre a ausência de menção ao amor em sua história sexual. Prok responde que é impossível mensurar o amor, que está fora do escopo da ciência. Na última cena, numa floresta, ele está com seus amores: Mac, a natureza e o trabalho de pesquisa, que o chama.

Kinsey e a diversidade sexual

Por influência de sua formação em Zoologia, Kinsey utilizou-se do princípio da constituição natural da sexualidade humana para sustentar seus argumentos. “O animal humano é capaz de todos os tipos de expressão sexual, nem todo sexo tem que ser santificado pelo amor e enriquecido pela emoção” (KINSEY, 2004, 53:54-54:00, tradução nossa). Porém, apesar de usar o artifício da natureza, tão criticado, Kinsey, no filme e no relatório, busca defender que nenhuma conduta humana deve ser considerada desviante ou anormal, embora sujeita às imposições da moral sexual, socialmente arbitradas: “Porque a sociedade interferiu no que deveria ser um desenvolvimento biológico e normal” (KINSEY, 2004, 37:20). Assim, o grupo exerce influência nas condutas sexuais dos indivíduos, ao menos aquelas comumente declaradas, por isso “com frequência é importante saber até que ponto a sexualidade de um sujeito se desvia das normas do grupo no seio do qual foi educado” (KINSEY; POMEROY e MARTIN, 1949, p. 601, tradução nossa).

Corroborando tal perspectiva, Weeks (2000) declara que

[...] só podemos compreender as atitudes em relação ao corpo e à sexualidade em seu contexto histórico específico, explorando as condições historicamente variáveis que dão origem à importância atribuída à sexualidade num momento particular, compreendendo as várias relações de poder que modelam o que vem a ser visto como um comportamento normal ou anormal: aceitável ou inaceitável (p. 40).

O argumento básico de Kinsey para a defesa da não patologização da sexualidade humana está na diferença existente em cada ser humano. Antes de pesquisar seres humanos, ele pesquisou milhares de vespas americanas, e uma das conclusões de seu estudo, retratada no filme, é de que a diversidade é a norma, a regra da vida natural:

Após estudar milhares dessas criaturas (vespas) em meu microscópio, ainda não encontrei nenhuma vespa que seja igual a outra, aliás, algumas são tão diferentes que a descendência de uma geração é tão semelhante aos pais quanto uma ovelha é de um bode. [...] Considerem as implicações, se cada coisa viva é diferente de outra coisa viva, então a diversidade se torna um fato irredutível da vida, apenas as variações são reais e para vê-las temos que, simplesmente, abrir os olhos. (KINSEY, 2004, 12:35-13:20, tradução nossa).

Outra implicação dos apontamentos de Kinsey é o questionamento quanto ao enquadramento clínico das perversões presentes nos principais manuais de psiquiatria e de algumas interpretações do texto freudiano, especialmente por norte-americanos, sobre esse ponto. Classificada primeiramente por Krafft-Ebing (apud WEEKS, 2000), a perversão seria toda prática sexual que não visasse a reprodução da espécie. As descobertas de Kinsey questionam frontalmente o estatuto da perversão enquanto desvio da norma, conforme declara a personagem em outro fragmento do filme: “[...] em relação à sexualidade é difícil dizer o que é comum ou raro, pois é difícil saber o que realmente as pessoas fazem” (KINSEY, 2004, 40:45, tradução nossa).

Nesse sentido, os dados do relatório são reveladores da diversidade sexual humana e da impossibilidade de se determinar uma norma sexual e seu conseqüente desvio, a perversão. Efetivamente demonstravam a diversidade das condutas sexuais dos seres humanos: no que se refere à prática do sexo antes do casamento, 83% dos homens e 50% das mulheres disseram ter praticado; sobre relações extraconjugais, 50% dos homens e 26% das mulheres declararam já terem tido relações fora do casamento; 96% dos homens e 62% das mulheres declararam que já se masturbaram, sendo que 20% das mulheres se masturbavam semanalmente; no tocante à prática homossexual, 37% dos homens declararam ter tido alguma relação homossexual com orgasmo, sendo que 10% dos homens se declararam predominantemente homossexuais; e entre as mulheres, 13% declararam já terem tido relações homossexuais (KINSEY; POMEROY; MARTIN, 1949).

Proclamando a diversidade e inclusão, até hoje o Instituto Kinsey – fundado em 1947, na Universidade de Indiana – se dedica a explorar a sexualidade, os relacionamentos e o bem estar, através da pesquisa, extensão, educação e preservação histórica da obra de Kinsey, em uma abordagem interdisciplinar que inclui a neurociência, a psicologia, a antropologia e os estudos de gênero, como se encontra em seu site (KINSEY INSTITUTE, s/d).

Todavia, o reconhecimento social de Alfred Kinsey como teórico pioneiro da diversidade sexual tardou mais de meio século. Em 2012, ele foi incluído na *Legacy Walk* de Chicago, uma exibição pública em comemoração às pessoas e à história LGBT; e, em 2019, foi declarado um dos 50 Americanos “pioneiros e heróis” da Galeria Nacional de Honra LGBTQ no Monumento Nacional Stonewall em New York City (ALFRED KINSEY. WIKIPEDIA, s/d).

Conclusões

Historicamente a educação para a sexualidade no Brasil sofreu avanços e retrocessos, permanências e rupturas, iniciando pela eugenia, higienismo, passando pela moralidade cristã, censura, posteriormente pela perspectiva transversal e silenciamento nos últimos anos. Apesar da orientação dos PCN/TTOS para uma abordagem da sexualidade na escola de modo transversal e a partir dos diversos saberes/disciplinas, predomina, ainda, uma abordagem centrada no biológico com intuito de normalizar e fugir de temas mais complexos e propriamente experienciais. E, cabe lembrar, essa tendência é reforçada pela ausência da temática na formação docente inicial.

Argumentamos que o conhecimento do Relatório Kinsey e o possível uso didático do filme apresentam-se como materiais importantes para repensar a sexualidade humana e os modos como a escola brasileira tem abordado tal temática, sobretudo nas aulas de Biologia. Mesmo que, como demonstramos anteriormente, o natural e o biológico sejam tomados como princípio norteador tanto da pesquisa de Kinsey, como da prática pedagógica em educação sexual no Brasil, os modos de conceber e usar o biológico para explicar/problematizar a sexualidade são opostos às noções de determinismo biológico e de binarismo de gênero que permeiam o senso comum e se tenta impor na escola. Kinsey parte do princípio de que a diversidade e a diferença são o que temos de mais natural e que, portanto, toda tentativa de enquadrar a sexualidade é violenta e arbitrária. Já as práticas pedagógicas tradicionais tomam o natural e o biológico como instrumento de normalização e padronização dos costumes, dos desejos e dos corpos.

Assim, a escola, como um micropoder disciplinar – lugar onde os corpos são localizados e esquadrihados, e onde se produz um poder-saber pela própria designação da sua prerrogativa de lugar do saber, do saber verdadeiro – é também o lugar onde se realiza um registro de cada atividade das crianças e adolescentes, de seus desempenhos

cognitivos, mas também de seus desempenhos comportamentais, de suas condutas sexuais. É lugar onde circulam (fora do currículo oficial) e se produzem diversos discursos que, além de revelar a verdade sobre o sexo, produzem essa verdade que proclamam, agenciando sujeitos, mas possibilitando, ao mesmo tempo, a profusão de discursos outros que produzam novas subjetividades e novas lutas, novos modos de ser e de viver a sexualidade.

Nesse sentido, Foucault auxilia na análise das práticas e discursos escolares que interferem na percepção que cada pessoa tem de si e de sua sexualidade, no modo como os discursos se tornam verdade a partir das repetições que operam no cotidiano – discursos sobre os perigos do sexo, sobre o que é normal e anormal, sobre transgressão, pecado, culpa... Mas também persistem nas nossas escolas os silenciamentos, interdições a este assunto tão palpitante nas vidas dos e das jovens. O eco de Kinsey é que precisamos falar de sexo, pois para ele, como destaca Contardo Calligaris (2005, s/p), “a expressão patológica não é a variedade dos desejos, mas o silêncio sobre eles”. Falemos de sexualidade na escola!

As possibilidades educativas do filme Kinsey: vamos falar de sexo são consideráveis, no entanto, é necessário atentar para sua classificação etária, 16 anos, tornando-o inviável para estudantes do Ensino Fundamental e anos iniciais do Ensino Médio. Assim, o filme é indicado, especialmente, para os anos finais do Ensino Médio e para os cursos de formação de professores em Biologia. Sugerimos pesquisa que levante a presença do filme nos cursos de formação de professoras/es de Biologia e o conhecimento de docentes de Ciências e Biologia sobre o mesmo.

No que se refere ao alcance do filme na cultura nacional, sua popularização não aconteceu no Brasil, nem na época do lançamento, sendo encontrado hoje apenas em sites maliciosos, conforme indicado. Nesse sentido, o uso do filme como artefato cultural ficou restrito à iniciativa de pessoas interessadas na temática da sexualidade humana.

Referências

ADORO CINEMA, s/d. Disponível em: <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-47748/>. Acesso em: 1 mai. 2021.

ALFRED KINSEY. WIKIPEDIA, s/d. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Alfred_Kinsey. Acesso em: 1 mai. 2021.

ALMEIDA, Edson Leandro. **Escola sem homofobia: a (re)produção da identidade sexual nos discursos escolares**. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco/Fundação Joaquim Nabuco. Recife, 2016.

_____. As lutas no campo da sexualidade: diversidade sexual na educação e além dela. 2018. In: **Anais do XXIV EPEN - Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste** - GT 23. João Pessoa, 2018. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/12/3829-TEXT0_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 1 mai. 2021.

BARROS, Suzana da Conceição de; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Educação para a sexualidade: uma questão transversal ou disciplinar no currículo escolar? **Revista de Enseñanza de las Ciencias**, p. 164-187, 2012. Disponível em: reec.uvigo.es/volumenes/volumen11/REEC_11_1_9_ex570.pdf. Acesso em: 1 mai. 2021.

BASTOS, Felipe. PINHO, Raquel. Sentidos de sexualidade nos anais dos Encontros Nacionais de Ensino de Biologia (2005-2016). **Ensino Em Re-Vista**, 26(1), 82-99, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ER-v26n1a2019-4>. Acesso em: 7 jul. 2021.

BEARZOTI, Paulo. Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano. **Arq. Neuro-Psiquiatria** [online], v.52, n.1, p. 113-117, 1994. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0004-282X1994000100024>. Acesso em: 1 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação: 2014-2024**. Brasília, 2014.

BUENO, Heitor Campo. **Querida Marta: sexualidade, feminismo e poder no programa TV Mulher**. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2015.

CALLIGARIS, Contardo. Kinsey: vamos falar de sexo? **Folha de São Paulo**, Ilustrada, 28 de abril de 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2804200528.htm>. Acesso em: 1 mai. 2021.

CARVALHO, Maria Eulina P. de. **Gênero: o que é e o que não é ideologia**. Notas de aula. NIPAM/UFPB, 2017. Disponível em: <http://www.ufpb.br/escolasplurais/contents/noticias/didaticos/o-que-e-e-o-que-nao-e-ideologia-de-genero>. Acesso em: 1 mai. 2021.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Marcando passos, a(r)mando lutas: o(s) feminismo(s) e outras “bio-logias” na compreensão dos gêneros e sexualidades. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 427-452, 2021. Disponível

em: <http://sbenbio.journals.com.br/index.php/sbenbio/article/view/480>. Acesso em: 7 jul. 2021.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Lugar de sexo é na escola? Sexo, sexualidade e educação sexual. In: **Sexualidade**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED, 2009. p. 49-58.

CINEWEB. Disponível em: https://cineweb.com.br/filmes/filme.php?id_filme=1428. Acesso em: 1 mai. 2021.

CRANNY-FRANCIS, Anne; WARING, Wendy; STAVROPOULOS, Pam; KIRBY, Joan. **Gender Studies: Terms and Debates**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

DIMURO, Gina. **The True Story of Alfred Kinsey, The Controversial Sexologist and Father of The Sexual Revolution**. Published January 29, 2019. Updated February 4, 2019. Disponível em: <https://allthatsinteresting.com/alfred-kinsey-report>. Acesso em: 1 mai. 2021.

DRUCKER, Donna J. 'A most interesting chapter in the history of science': intellectual responses to Alfred Kinsey's Sexual Behavior in the Human Male. **History of the Human Sciences** 25(1) 75-98, 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0952695111432523>. Acesso em: 1 mai. 2021.

FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION. ALFRED KINSEY, s/d. Disponível em: <https://vault.fbi.gov/Alfred%20Kinsey>. Acesso em: 1 mai. 2021.

FERREIRA, Taisa de Sousa. **Entre o real e o imaginário**: problematizando o currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia em relação a gênero e sexualidade. 2013. 321 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade [1905]. In: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**, v. 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.

FREUD, Sigmund. A sexualidade humana [1917]. In: FREUD, Sigmund. **Obras Completas**, v. 13. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

GOMES, Mayra Rodrigues. O sexo bem dosado: considerações a partir do processo de censura da peça O Relatório Kinsey (2017). In: COSTA, Cristina (Org.). **Leituras e Releituras**: sete peças vetadas pela censura lidas e analisadas na atualidade. São Paulo: Palavra Aberta, 2017, p. 31-47.

GONÇALVES, Eliane. **Educação sexual em contexto escolar**: da formação de professores/as à sala de aula. 1998, p. 188. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar Brasileira) – Universidade Federal de Goiás, Goiana, 1998.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação Sexual na Escola**: mito e realidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

HUMAN SEXUALITY, **WIKIPEDIA**, s/d. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Human_sexuality. Acesso em: 1 mai. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: um dispositivo retórico de uma ofensiva antifeminista. In: Alfrancio Ferreira Dias; Elza Ferreira Santos; Maria Helena Santana Cruz (org.). **Gênero e sexualidades**: entre invenções e desarticulações. Aracaju: Editora IFS, 2017. p. 47-61.

KINSEY. Diretor: Bill Condon. Elenco: Liam Neeson, Laura Linney. País de origem: EUA/ALE. Ano de produção: 2004. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/6367t11q22oy19p/Kinsey.2004.DVDRip.XviD.AR.avi?dl=0>. Acesso em: 1 de mai. 2021.

KINSEY (film). **WIKIPEDIA**, s/d. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Kinsey_\(film\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Kinsey_(film)). Acesso em: 1 mai. 2021.

KINSEY (filme). **WIKIPEDIA**, s/d. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Kinsey_\(filme\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Kinsey_(filme)). Acesso em: 1 mai. 2021.

KINSEY INSTITUTE. Indiana University. Disponível em: <https://kinseyinstitute.org/>. Acesso em: 1 mai 2021.

KINSEY REPORTS. **WIKIPEDIA**, s/d. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Kinsey_Reports. Acesso em: 1 mai. 2021.

KINSEY SCALE. **WIKIPEDIA**, s/d. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Kinsey_scale. Acesso em: 1 mai. 2021.

KINSEY, Alfred; POMEROY, Wardell; MARTIN, Clyde. **Conducta sexual del Varón**. México: Editorial Interamericana, 1949.

KINSEY, Alfred; POMEROY, Wardell; MARTIN, Clyde; GEBHARD, Paul. **A conduta sexual da mulher**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1954.

KRUG, Etienne G. et al., eds. **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002.

LHOMOND, Brigitte. Sexualidade. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; Le DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 231-235.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARTA SUPLICY. **WIKIPEDIA**, s/d. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Marta_Suplicy. Acesso em: 1 mai. 2021.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**. v.32, n.3, p. 725-747, set-dez/2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v32n3/0102-6992-se-32-03-725.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2021.

OLIVEIRA SANTOS, Cristiane de. **A regulação política da sexualidade no âmbito da família por saberes e instituições médicas brasileiras: 1838-1940**. 2010. 221 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ. 2010.

OLIVEIRA, Cristiane. Libertar o brasileiro de seu captivo moral: identidade nacional, educação sexual e família no Brasil da década de 1930. **Psicologia & Sociedade**, 24(3), p. 507-516, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 1 mai. 2021.

OLIVEIRA, Melissa Barbieri; LAGO, Mara Coelho de Souza. Sexualidades, Estatísticas e Normalidades – *A persona numerabilis* nos relatórios Kinsey, Masters & Johnson e Hite. **Cadernos Pagu**, v. 45, p. 593-600, julho-dezembro de 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645332>. Acesso em: 7 jul. 2021.

PARISOTTO, Luciana; GUARAGNA, Katia Beirão de Almeida; VASCONCELOS, Maria Cristina; STRASSBURGER, Matias; ZUNTA, Mônica Horikawa; MELO, Wilson Vieira. Diferenças de gênero no desenvolvimento sexual: Integração dos paradigmas biológico, psicanalítico e evolucionista. **R. Psiquiatr. RS**, v. 25 (suplemento 1), p. 75-87, abril 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rprs/v25s1/a09v25s1.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2021.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (Orgs). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 59-82.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; SOUZA, Diogo Onofre. Falando com professoras das séries iniciais do ensino fundamental sobre sexualidade na sala de aula: a presença do discurso biológico. **Enseñanza de las ciencias**, 2003, v. 21, n. 1, p. 67-75. 2003. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/1625>. Acesso em: 25 Jun 2021.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; VILAÇA, Teresa. O ensino de Biologia e suas articulações com as questões de corpos, gêneros e sexualidades. **Bio-grafia. Escritos sobre la Biología y su enseñanza**, v. 9, n. 16, p. 77-86, Enero-Junio de 2016. Disponível em:

<https://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/bio-grafia/article/view/4500/3714>. Acesso em: 25 Jun 2021.

ROCKFELLER FOUNDATION. KINSEY REPORTS, s/d. Disponível em: <https://rockfound.rockarch.org/kinsey-reports>. Acesso em: 1 mai. 2021.

ROUGHGARDEN, Joan. Sexual diversity in nature. **TEDxAmazônia**, 24 fev 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KJ3lcCa0G4Y>. Acesso em: 7 Jul 2021.

SANTOS, Sandro Prado; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Ensino de Biologia e transsexualidade. **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia/MG, v. 26, n. 1, p.147-172, jan./abr./2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/48831>. Acesso em: 25 Jun 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos avançados**, v. 8, n.20, p. 137-152, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n20/v8n20a17.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2021.

SENA, Tito. **Os Relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite**: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das ciências humanas. 2007. 303 f. Tese (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

SENA, Tito. Os relatórios Kinsey: práticas sexuais, estatísticas e processos de normali(ti)zação. In: **Anais do Seminário Fazendo Gênero 9**. Diásporas, diversidades, deslocamentos. UFSC, Florianópolis: agosto/2010. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278011145_ARQUIVO_ArtigoTitoSenaFG9.pdf. Acesso em: 1 mai. 2021.

SILVA, Mozart Linhares. Miscigenação e Biopolítica no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 4, n. 8, p. 192-210, Dezembro de 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10480/6822>. Acesso em: 1 mai. 2021.

TORRES, Marco Antônio; SARAIVA, Izabella Maria Martinho; GONZAGA, Rubens Modesto. Sexualidades no contexto escolar: violência ética e disputas por reconhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, e.250049, p. 1-23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250049>. Acesso em: 1 mai. 2021.

UNESCO. **International technical guidance on sexuality education**. An evidence-informed approach. Revised edition. Paris: UNESCO, 2018.

VIEIRA, Jacqueline Virmond. Produção de saber e poder sobre a sexualidade: análise crítica dos relatórios Kinsey, Master & Jonhson e Hite. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 687-702, maio-agosto/2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36561>. Acesso em: 7 jul. 2021.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 35-81.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? In: PEREIRA, Maria Zuleide da C.; CARVALHO, Maria Eulina P. de; PORTO, Rita de Cássia C. (org.). **Globalização, Interculturalidade e Currículo na Cena Escolar**. Campinas: Alínea, 2009. p. 37-54.

Recebido em maio de 2021.

Aprovado em junho de 2021.